

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N.º , DE 2025 (Da Sra. Professora Goreth)

Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater sobre "Aprendizagem em Matemática e o novo PNE".

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, com objetivo de discutir sobre "Aprendizagem em Matemática e o novo PNE".

Para tanto, gostaríamos de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

- 1. Alexsandro Santos Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica do Ministério da Educação;
- 2. Katia Stocco Smole Diretora do Instituto Reúna e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo;
- 3. Ernesto Martins Faria Diretor Executivo do Iede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional);

Sala das Comissões, em 30 de junho de 2025.

PROFESSORA GORETH

Deputada Federal – PDT/AP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A presente audiência pública visa debater a aprendizagem em Matemática como eixo importante do Plano Nacional de Educação. O novo PNE apresenta importantes metas para a educação básica brasileira, porém carece de maior ênfase na aprendizagem em Matemática como eixo estruturante da política educacional.

Atualmente, o texto do PNE 2024–2034 não menciona a palavra "matemática" em nenhuma meta ou estratégia dedicada à Educação Básica. Estudos recentes revelam que cerca de 29% da população brasileira entre 15 e 64 anos é considerada analfabeta funcional, com dificuldades inclusive nas quatro operações básicas (Inaf, 2025). Além disso, apenas 43,5% dos estudantes do 5º ano e 16,5% dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental atingiram o nível de aprendizagem considerado adequado em Matemática, segundo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb 2023). Na 3a série do Ensino Médio este percentual cai para 5,2% (Saeb 2023), antes da pandemia, em 2019, era 6,9%.

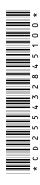
Os dados do IDEB indicam que apenas 5% dos estudantes concluem o ensino básico com aprendizado adequado em Matemática, percentual estagnado e comparável aos níveis de 2011.

No PISA 2022, o Brasil manteve desempenho estagnado em Matemática, ocupando as últimas posições entre os países participantes, com menos de 10% dos estudantes alcançando níveis de proficiência elevados (nível 4 ou superior). Ainda segundo resultados do PISA 2022, as desigualdades educacionais são ainda mais acentuadas na Matemática: estudantes de contextos socioeconômicos mais vulneráveis apresentam, em média, um atraso equivalente a dois anos escolares em comparação aos estudantes de grupos mais favorecidos. Esses dados evidenciam que a Matemática é hoje um dos maiores desafios educacionais do país, com impactos diretos sobre a equidade, a empregabilidade e a capacidade de inovação científica e tecnológica nacional.

Diante desse cenário, torna-se urgente discutir a inclusão de metas e estratégias no novo Plano Nacional de Educação voltadas à promoção da alfabetização matemática desde os anos iniciais da educação básica, bem como políticas públicas articuladas que fortaleçam a formação de professores, os materiais didáticos e os sistemas de avaliação.

of PNE contexto, torna-se imprescindível que o PNE







CÂMARA DOS DEPUTADOS

2024-2034:

- Incorpore metas e estratégias específicas para a aprendizagem matemática na Educação Básica, com acompanhamento sistemático de resultados;
- Estabeleça estratégias para a recomposição das aprendizagens, especialmente em Matemática, onde as perdas foram mais acentuadas;
- Preveja ações estruturantes de formação inicial e continuada de professores de Matemática, integrando práticas pedagógicas inovadoras e baseadas em evidências;
- · Inclua políticas de equidade, com ênfase no combate às desigualdades de aprendizagem em Matemática por raça, gênero, território e condição socioeconômica.

A audiência pública buscará reunir especialistas, gestores públicos, parlamentares e organizações da sociedade civil para debater propostas de aprimoramento do PNE, especialmente no que diz respeito à redução das desigualdades educacionais em Matemática e à melhoria da qualidade da aprendizagem.

Assim, solicito o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste requerimento, de forma a contribuir para uma educação mais eficiente e conectada às necessidades do país.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 2025.

Professora Goreth

Deputada Federal - PDT/AP







